

O PROGRAMA AUXÍLIO MORADIA NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS VILHENA: ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

THE HOUSING ASSISTANCE PROGRAM AT THE FEDERAL INSTITUTE OF RONDÔNIA – VILHENA CAMPUS: A STRATEGY FOR STUDENT RETENTION AND SOCIAL INCLUSION IN THE AMAZON

EL PROGRAMA DE ASISTENCIA HABITACIONAL DEL INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS VILHENA: UNA ESTRATEGIA PARA LA RETENCIÓN ESTUDIANTIL Y LA INCLUSIÓN SOCIAL EN LA AMAZONIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-063>

Data de submissão: 07/11/2025

Data de publicação: 07/12/2025

Edimilson Lopes de Meira

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) - Campus Marília

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4826843587792528>

E-mail: edimilson.meira@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4689-9691>

RESUMO

O acesso e a permanência no ensino superior no Brasil são frequentemente limitados por desigualdades socioeconômicas e regionais, especialmente em regiões periféricas, como a Amazônia. Este artigo analisa o impacto do Programa Auxílio Moradia (PROMORE), implementado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Campus Vilhena, na permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com uma abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo utiliza revisão bibliográfica e análise documental de dados de execução do PROMORE no período de 2018 a 2024 no campus Vilhena, evidenciando sua relevância na redução da evasão acadêmica e promoção da inclusão social. Apesar de sua importância, o PROMORE enfrenta desafios relacionados à limitação de recursos. O trabalho propõe recomendações para fortalecer a política de assistência estudantil e garantir maior equidade no ensino superior.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Auxílio Moradia. Permanência Acadêmica.

ABSTRACT

Access to and retention in higher education in Brazil are frequently limited by socioeconomic and regional inequalities, especially in peripheral regions such as the Amazon. This article analyzes the impact of the Housing Assistance Program (PROMORE), implemented by the Federal Institute of Rondônia (IFRO) – Vilhena Campus, on the retention of students in situations of socioeconomic vulnerability. Using a qualitative and quantitative approach, the study employs a literature review and document analysis of PROMORE implementation data from 2018 to 2024 at the Vilhena campus, highlighting its relevance in reducing academic dropout rates and promoting social inclusion. Despite its importance, PROMORE faces challenges related to limited resources. This work proposes recommendations to strengthen student assistance policies and ensure greater equity in higher education.

Keywords: Student Assistance. Housing Assistance. Academic Retention.

RESUMEN

El acceso y la permanencia en la educación superior en Brasil se ven frecuentemente limitados por desigualdades socioeconómicas y regionales, especialmente en regiones periféricas como la Amazonia. Este artículo analiza el impacto del Programa de Asistencia a la Vivienda (PROMORE), implementado por el Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Campus Vilhena, en la retención de estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. Con un enfoque cualitativo y cuantitativo, el estudio emplea una revisión bibliográfica y un análisis documental de los datos de implementación de PROMORE entre 2018 y 2024 en el campus Vilhena, destacando su relevancia para reducir las tasas de deserción académica y promover la inclusión social. A pesar de su importancia, PROMORE enfrenta desafíos relacionados con la escasez de recursos. Este trabajo propone recomendaciones para fortalecer las políticas de asistencia estudiantil y garantizar una mayor equidad en la educación superior.

Palabras clave: Asistencia Estudiantil. Asistencia a la Vivienda. Retención Académica.

1 INTRODUÇÃO

A democratização do ensino superior no Brasil é um desafio histórico, intensificado pelas desigualdades regionais que caracterizam o país. A Amazônia, por sua extensão territorial e complexidade social, apresenta barreiras específicas ao acesso e à permanência de estudantes no sistema educacional, especialmente em instituições públicas de ensino superior. Nesse contexto, políticas de assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), assumem um papel crucial para promover equidade e inclusão.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO), criado em 2008, é uma instituição de ensino técnico e superior que atende a uma população economicamente vulnerável. Entre as ações de permanência adotadas pelo IFRO, o Programa Auxílio Moradia (PROMORE) se destaca como uma estratégia específica para atender alunos oriundos de municípios vizinhos ao Campus Vilhena e/ou de outras localidades ou zona rural do município de Vilhena/RO, reduzindo os impactos do custo de vida na cidade.

O PROMORE, alinhado às diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), busca assegurar que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições adequadas de moradia durante sua trajetória acadêmica. Conforme estabelecido na Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, o programa visa ampliar as condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos oferecidos pela instituição. A análise da eficácia desse programa é crucial para compreender seu impacto na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar a execução do PROMORE no IFRO Campus Vilhena, no período de 2018 a 2024, com ênfase nos artigos 12 e 13 da Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. Busca-se compreender a relação entre a concessão do auxílio moradia e a permanência acadêmica dos estudantes, especialmente daqueles provenientes de outras localidades. Além disso, pretende-se discutir os desafios enfrentados na operacionalização do programa e propor estratégias para seu aprimoramento, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes no âmbito da assistência estudantil.

2 METODOLOGIA

Para avaliar os impactos do Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Vilhena, a metodologia utilizada possui características de um estudo de caso com a

combinação de pesquisa bibliográfica e documental numa abordagem metodológica mista, que articula métodos quantitativos e qualitativos de forma complementar.

Essa integração visa ampliar a compreensão do fenômeno estudado por meio de uma análise mais abrangente e contextualizada. Nesse sentido, vale destacar o pensamento de Goldemberg (1999, p. 33), para quem essa abordagem “(...) não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”. Essa concepção reforça a importância de compreender os sujeitos e contextos investigados em sua totalidade, respeitando suas especificidades e complexidades.

No que diz respeito ao embasamento teórico, Gil (2011, p.45) afirma que “(...) praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica”. Nessa mesma direção, Fonseca (2002, p.56) complementa ao dizer que “(...) qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”.

Com base nessa compreensão, a construção da base teórica deste estudo foi realizada por meio da coleta e análise de materiais previamente publicados, tanto em formato impresso quanto digital. Foram utilizados livros, artigos acadêmicos, portais da internet e websites especializados na temática abordada nesta pesquisa. De acordo com Marconi (2010, p.48), esse tipo de levantamento tem como objetivo “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas quer gravadas”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica permite não apenas aprofundar conceitos e questões já conhecidas, mas também explorar e compreender novos fenômenos.

No tocante à pesquisa documental, Fonseca (2002) observa que há semelhanças entre ela e a pesquisa bibliográfica, com a diferença de que:

“[...] a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, neste trabalho, a pesquisa documental consistiu na seleção e interpretação dos relatórios anuais disponibilizados pela Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do IFRO – Campus Vilhena, abrangendo o período de 2018 a 2024, bem como de informações acessadas por meio do site

oficial do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), especificamente, a Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. Esses registros forneceram suporte empírico essencial para a análise do objeto da pesquisa.

A seleção, coleta e análise dos dados incluíram informações sobre o número de alunos inscritos no PROMORE, quantos foram atendidos e quantos ficaram em lista de espera, além de registros de evasão escolar entre os atendidos e não atendidos. Após a coleta, os dados foram organizados em tabelas e gráficos, a fim de facilitar a visualização das tendências ao longo dos anos.

Foram calculadas taxas de atendimento e de evasão, comparando-se alunos atendidos e não atendidos pelo PROMORE. Essa análise estatística descritiva permitiu avaliar a eficácia do programa em termos de números absolutos e percentuais, possibilitando uma compreensão abrangente do impacto do PROMORE na inclusão social dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis e sua contribuição para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil no IFRO – Campus Vilhena.

3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

As políticas de assistência estudantil no Brasil são consideradas um importante mecanismo para garantir a inclusão e a equidade no acesso à educação, sendo fundamentais para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. Essas iniciativas remontam às primeiras ações do governo federal voltadas para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais, especialmente para estudantes de baixa renda.

A criação da Casa do Estudante, em 1929, representa um marco inicial nesse contexto, fornecendo suporte básico como moradia e alimentação para jovens de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (KOWALSKI, 2012). Em 1931, com a implementação do Estatuto das Universidades Brasileiras, o governo buscou ampliar o suporte aos estudantes, embora de forma limitada, refletindo o contexto de um Brasil que ainda era incipiente na construção de políticas públicas voltadas à educação superior (MOTTA, 2017).

Com o passar das décadas, o tema da assistência estudantil ganhou maior relevância nas pautas educacionais, sobretudo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse documento legal estabeleceu um marco fundamental ao reconhecer a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. O artigo 205 da Constituição define a educação como essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, enquanto o artigo 206 enfatiza a igualdade de condições para acesso e permanência na escola como um princípio básico do sistema educacional (BRASIL, 1988).

Esse avanço jurídico reforçou a necessidade de políticas públicas que combatessem as desigualdades e garantissem o direito à educação a todos os brasileiros, especialmente os mais vulneráveis (CURY, 2007).

Um dos maiores avanços na assistência estudantil ocorreu com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O PNAES estabeleceu diretrizes específicas para a implementação de ações destinadas a assegurar a permanência de estudantes em instituições federais de ensino superior, com foco naqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa contempla iniciativas como auxílios para alimentação, transporte, moradia e saúde, além de apoio pedagógico e psicossocial. Seu principal objetivo é mitigar a evasão escolar, um dos grandes desafios enfrentados pelas universidades brasileiras (CISLAGHI; SILVA, 2012).

De acordo com Silvas e Lima (2012), o PNAES desempenha um papel central na promoção da inclusão social, permitindo que estudantes de baixa renda não apenas ingressem, mas também permaneçam e concluam seus estudos no ensino superior. Esses autores destacam que o programa fortalece as universidades como espaços de transformação social, ao integrar estudantes de diferentes origens e promover a diversidade no ambiente acadêmico. No entanto, eles também apontam desafios, como a insuficiência de recursos financeiros para atender a toda a demanda e as desigualdades na aplicação do programa entre diferentes instituições.

Além disso, Costa (2019) destaca que, embora o PNAES tenha contribuído significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior, ele ainda enfrenta limitações estruturais.

A falta de infraestrutura adequada em algumas universidades e a dependência de repasses financeiros variáveis dificultam a implementação uniforme do programa em nível nacional. Esses fatores podem levar à exclusão de parte dos estudantes que necessitam de assistência, revelando a necessidade de políticas mais robustas e articuladas, (COSTA, 2019, p.57).

Não obstante, as políticas de assistência estudantil, embora avancem gradativamente, enfrentam críticas quanto à sua sustentabilidade. Kowalski (2012) argumenta que, para alcançar maior eficácia, é necessário

[...] aumentar os investimentos públicos e aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas existentes. Além de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal para o fortalecimento dessas iniciativas, garantindo que elas atendam de forma adequada às necessidades dos estudantes em todo o território nacional (KOWALSKI, 2012, p.105).

Outro aspecto relevante é o impacto dessas políticas na redução da evasão escolar e na promoção da mobilidade social. Pesquisa realizada por Silvas e Lima (2012) indica que o PNAES contribuiu para o aumento da taxa de conclusão nos cursos superiores, uma vez que reduziu os obstáculos financeiros enfrentados pelos estudantes. Isso é particularmente importante em um país com profundas desigualdades regionais, onde muitos jovens enfrentam dificuldades para acessar instituições de ensino superior localizadas em áreas distantes de suas residências.

Em síntese, as políticas de assistência estudantil no Brasil refletem um compromisso do Estado em enfrentar as desigualdades sociais e promover a inclusão no sistema educacional. Apesar dos avanços significativos, como a criação do PNAES, os desafios persistem. Nessa perspectiva, Scalabrin et al (2013) defendem que para garantir a continuidade e ampliação dos programas de assistência estudantil, é essencial investir em soluções que combinem financiamento adequado, gestão eficiente e ações integradas entre as diversas esferas governamentais.

Assim, para os autores, só será possível consolidar um sistema educacional que não apenas ofereça acesso, mas também condições efetivas de permanência para todos os estudantes, cumprindo o princípio constitucional de igualdade de oportunidades.

4 O PAPEL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA ACADÊMICA

Estudos apontam que a permanência acadêmica no ensino superior está diretamente associada à capacidade dos estudantes de superar barreiras que vão além das dificuldades acadêmicas, abrangendo questões socioeconômicas, culturais e institucionais. “[...] o abandono dos cursos superiores é muitas vezes motivado pela falta de recursos financeiros, precariedade de infraestrutura e ausência de políticas de apoio que garantam condições dignas para a continuidade dos estudos” (ZAGO, 2006, p.235).

Nesse sentido, a assistência estudantil assume um papel estratégico ao oferecer suporte material e psicossocial, promovendo a igualdade de condições para a conclusão do ensino superior.

[...] para estudantes de baixa renda, as políticas de assistência estudantil são cruciais para mitigar os custos indiretos da formação acadêmica, como alimentação, transporte e aquisição de materiais didáticos. Além disso, o autor enfatiza que tais políticas ajudam a reduzir a evasão, especialmente em contextos onde as desigualdades sociais são mais acentuadas (ZAGO, 2006, p.230).

Esses desafios se tornam ainda mais evidentes em regiões como a Amazônia, onde fatores geográficos e estruturais complicam o acesso às instituições de ensino superior (VIEIRA; MOURA CASTRO, 2019, p. 100).

No contexto amazônico, a distância dos centros urbanos e a precariedade da infraestrutura em municípios menores intensificam as dificuldades enfrentadas por estudantes. Muitas vezes, esses jovens precisam percorrer longas distâncias ou se deslocar permanentemente para outras cidades, o que aumenta os custos e agrava a vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, os programas de assistência estudantil podem desempenhar um papel primordial, ao subsidiar recursos financeiros para estudantes de áreas periféricas, ampliando suas chances de permanecerem nos cursos (SILVAS; LIMA, 2012, p.88).

Não obstante, de acordo com Silveira (2012), a assistência estudantil vai além de suprir necessidades materiais, exercendo também um papel importante em outras áreas da vida do estudante, tais como, na saúde mental, dificuldade de aprendizagem entre outras. Desta forma, a presença de serviços de apoio psicológico e pedagógico, frequentemente incluídos em programas de assistência estudantil, contribui para a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário, especialmente daqueles provenientes de contextos desfavorecidos. “A falta de suporte emocional e a sensação de exclusão no ambiente acadêmico são fatores frequentemente associados à evasão” (MOTTA, 2017, p.125).

Além disso, estudos realizados por Machado e Magaldi (2014) revelam que a assistência estudantil é fundamental para assegurar que as políticas de cotas raciais e sociais alcancem seus objetivos. Essas autoras argumentam que, embora as cotas tenham democratizado o acesso ao ensino superior, a permanência dos estudantes cotistas muitas vezes depende da continuidade de políticas como auxílios financeiros e programas de inclusão pedagógica. “Sem essas ações complementares, as desigualdades que afetam esses grupos tendem a persistir, mesmo após o ingresso na universidade” (MACHADO; MAGALDI, 2014, p.08).

No entanto, mesmo com os avanços promovidos pelo PNAES desde sua criação em 2010, as ações de assistência estudantil ainda não são suficientes para garantir a equidade no ensino superior público, especialmente em regiões periféricas. A esse respeito Silva e Costa (2018) defendem que:

[...] apesar dos avanços, as políticas de assistência estudantil ainda enfrentam desafios significativos relacionados ao financiamento e à gestão. A insuficiência de recursos destinados a programas de permanência acadêmica impede que muitas instituições de ensino superior atendam à crescente demanda dos estudantes (SILVA; COSTA, 2018, p. 170).

Esses autores apontam que, para garantir a sustentabilidade das políticas, é necessário um aumento nos investimentos públicos e uma maior articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Além disso, a desigualdade na distribuição de recursos entre as instituições de ensino superior é uma questão que requer atenção. Universidades e Instituições Federais de Ensino localizadas em

regiões menos desenvolvidas, como a Amazônia, muitas vezes recebem menos recursos (desproporcionais às demandas existentes) e enfrentam dificuldades para implementar políticas de assistência estudantil que atendam às necessidades do seu alunado (VIEIRA; MOURA CASTRO, 2019, p.105). Nesse contexto, o fortalecimento dos programas de assistência estudantil, como auxílio moradia e a ampliação de ações intersetoriais, que integrem saúde, educação e transporte, são fundamentais para garantir a permanência acadêmica dos estudantes.

Outro desafio importante diz respeito à avaliação e ao monitoramento das políticas de assistência estudantil. É evidente que ainda temos um caminho importante a percorrer quando se trata de avaliar e acompanhar de forma eficaz essas políticas. Pesquisadores como Fava e Cintra (2023) e Silva, Nunes e Pacheco (2023) destacam que a ausência de indicadores claros e padronizados dificulta – e muito – entender se os programas realmente estão fazendo a diferença na vida dos estudantes que mais precisam.

[...] a ausência de indicadores padronizados dificulta a avaliação do impacto das ações de assistência estudantil realizadas. São necessários mecanismos que permitam acompanhar o desempenho dos programas em diferentes contextos regionais, identificando boas práticas e áreas que precisa de melhoria (FAVA; CINTRA, 2023, p.44).

De acordo com os autores, a falta de ferramentas adequadas de avaliação acaba invisibilizando os impactos positivos (ou negativos) que iniciativas como o PNAES geram nas trajetórias acadêmicas. Quando não se mede bem, não se decide bem. E, nesse cenário, quem mais perde são os próprios estudantes, especialmente os que enfrentam vulnerabilidades econômicas, sociais ou territoriais.

Em suma, se faz necessário destacar que a assistência estudantil é um elemento indispensável para a promoção da permanência acadêmica e a democratização do ensino superior no Brasil. Programas como auxílio moradia, auxílio transporte e auxílio alimentação, por exemplo, que são destinados aos estudantes em contextos de alta vulnerabilidade, são políticas que bem integradas e bem estruturadas têm potencial para transformar a realidade de milhares de estudantes. No entanto, para que essas políticas alcancem sua plenitude, é necessário enfrentar desafios relacionados ao financiamento, gestão e avaliação.

Nessa perspectiva, o fortalecimento das políticas de assistência estudantil requer esforços coordenados entre diferentes esferas do governo, bem como o envolvimento ativo das instituições de ensino superior. Além disso, a incorporação de ações que promovam o bem-estar emocional e a inclusão pedagógica pode ampliar os impactos dessas políticas, garantindo que mais estudantes tenham a oportunidade de concluir seus estudos e contribuir para o desenvolvimento do país.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concessão de auxílios estudantis pelas Instituições Federais de Ensino é de suma importância para apoiar os discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dos quais se incluem os residentes de cidades vizinhas, que estão em busca de um nível superior, para obterem melhores oportunidades em suas carreiras profissionais.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO/Campus Vilhena, uma das formas de apoio estudantil vem através do Programa de Auxílio Moradia - PROMORE, desenvolvido para fornecer auxílio financeiro aos discentes que se submeterem ao processo de seleção. O Programa é regulamentado pela resolução nº 23/2018, conhecida como Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), têm por objetivo tornar mais ampla as condições de acesso, permanência e êxito do aluno.

Para ter acesso ao auxílio, o estudante precisa inscrever-se na Coordenação de Assistência ao Educando-CAED do IFRO Campus Vilhena, durante o período de abertura anual do edital. A participação no processo seletivo implica comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, se a família se encontra na faixa de renda de até um e meio salário mínimo per capita¹.

Para isso, terá de providenciar documentos pessoais do núcleo familiar, contendo informações sobre a vida social, cultural e financeira, bem como, a comprovação de residência do grupo familiar em outro município/localidade ou na zona rural do município sede do campus Vilhena. A esse respeito no Artigo 13 do REPAE diz que:

O PROMORE será concedido por meio de edital específico, considerando a análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão, tendo em vista a especificidade do programa que está condicionada à comprovação de residência da família em zona rural ou localidade diferente do município sede do campus e entrega de Declaração de ser proveniente de outras localidades e de termo de responsabilidade dos pais ou responsáveis legais (para os estudantes menores de 18 anos) (RESOLUÇÃO Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, 2018).

Esses critérios são específicos do Auxílio Moradia. No entanto, o REPAE (2018) traz uma conceituação mais ampla da análise socioeconômico em outro dispositivo, qual seja,

Art. 1º Os Programas de Assistência Estudantil, executados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO têm como finalidade ampliar as

¹ A exigência de comprovação de renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita como critério para caracterização da vulnerabilidade socioeconômica esteve vigente até julho de 2024. Esse parâmetro era utilizado em diversos programas de assistência estudantil, como o PROMORE. Contudo, com a entrada em vigor da Lei nº 14.914, de 4 de julho de 2024, o limite de renda foi restringido, passando a ser considerado em situação de vulnerabilidade o estudante cuja renda familiar per capita não ultrapasse 1 salário mínimo. Dessa forma, é importante ressaltar que os dados analisados neste estudo se referem ao período em que ainda vigorava o critério anterior, de até 1,5 salário mínimo per capita.

condições de permanência e conclusão do curso do estudante devidamente matriculado nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos em seus campi, em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES. §1º Para o desenvolvimento dos Programas de Assistência Estudantil que requerem auxílio financeiro do PNAES deverão ser analisados os critérios de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. a) Entende-se por vulnerabilidade socioeconômica o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento as necessidades básicas de bem estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros (RESOLUÇÃO Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, 2018).

Os critérios acima elencados são instrumentos que visam possibilitar o cumprimento da democratização da educação pública. Pois, viabilizam cumprir os objetivos expressos no REPAE (2018):

Art. 4º São Objetivos dos PAE: I. Contribuir nas condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo; II. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral; III. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais; IV. Reduzir as taxas de retenção e evasão; V. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais (RESOLUÇÃO Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, 2018).

Esses objetivos materializam, no contexto do Auxílio Moradia, os principais esforços do IFRO-campus Vilhena em diminuir as dificuldades enfrentadas pelos alunos carentes em relação aos gastos com habitação.

6 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AUXÍLIO MORADIA (PROMORE) NO IFRO CAMPUS VILHENA (2018-2024)

O Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) faz parte da política de assistência estudantil do IFRO e visa garantir condições básicas para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam permanecer em seus cursos. Segundo estudos de Freitas e Amaral (2020), programas de assistência, como o PROMORE, são cruciais para minimizar desigualdades regionais e sociais, além de contribuir para a permanência estudantil.

Com base nos artigos 12 e 13 da Resolução Nº 23/2018, o PROMORE prioriza estudantes provenientes de localidades diferentes da sede do campus, buscando assegurar a inclusão educacional e a equidade. Este trabalho analisa os dados de execução do programa no IFRO Campus Vilhena entre 2018 e 2024, com ênfase na correlação entre o atendimento pelo PROMORE e a permanência estudantil, e dialoga com autores que discutem a assistência estudantil no Brasil.

7 DADOS DE EXECUÇÃO DO PROMORE

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 1 e 2, bem como nos gráficos correspondentes, é possível realizar uma reflexão aprofundada sobre a eficácia do Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) na garantia da permanência estudantil no IFRO Campus Vilhena, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A análise abrange o número de inscritos, atendidos e não atendidos, além da relação desses dados com a evasão escolar.

Tabela 1: Execução do PROMORE (2018-2024)

Ano	Alunos Inscritos	Alunos Atendidos	Alunos Não Atendidos
2018	12	8	4
2019	20	14	6
2020	19	11	8
2021	Não Executado ²	Não Executado	Não Executado
2022	18	9	9
2023	25	13	12
2024	23	12	11

Fonte: Levantamento de dados feito pelo autor.

Os dados mostram um aumento significativo na procura pelo PROMORE, de 12 inscritos em 2018 para 25 em 2023. No entanto, a capacidade de atendimento manteve-se estável, resultando em um aumento de alunos não atendidos, especialmente a partir de 2022. É possível ver a evolução do número de alunos inscritos, atendidos e não atendidos entre 2018 e 2024, revelando um crescimento gradativo na demanda pelo PROMORE. Em 2018, por exemplo, eram 12 alunos inscritos, enquanto em 2023 esse número chegou a 25.

A tendência ascendente demonstra o crescente reconhecimento do programa por parte dos estudantes e, sobretudo, o agravamento das condições socioeconômicas de muitos discentes que dependem do auxílio para permanecerem estudando fora de suas cidades/localidades de origem. No entanto, a estabilidade no número de alunos atendidos, que variou apenas entre 8 e 14, expõe os limites

² O Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) não foi executado no ano de 2021 em razão da pandemia de COVID-19. Durante esse período, o Instituto Federal de Rondônia – Campus Vilhena adotou o ensino remoto emergencial, o que dispensou a necessidade de deslocamento dos estudantes para residirem na cidade de Vilhena, sede do campus. Assim, não houve seleção, concessão de auxílio ou registros de evasão relacionados ao PROMORE nesse ano, motivo pelo qual os dados de 2021 estão ausentes nas Tabelas e Gráficos apresentados.

orçamentários e operacionais do programa. Essa limitação se torna ainda mais evidente na análise da Tabela 2, que trata da relação entre a eficácia do PROMORE e a evasão escolar.

Tabela 2: Evasão entre Atendidos e Não Atendidos (2018-2024)

Ano	Alunos Atendidos Evasidos	Alunos Não Atendidos Evasidos
2018	0	0
2019	0	1
2020	1	5
2021	**	**
2022	0	4
2023	0	4
2024	1	7

Fonte: Levantamento de dados feito pelo autor.

A tabela 2 evidencia que, enquanto a evasão entre os alunos atendidos pelo PROMORE foi quase inexistente durante o período (com exceção de 2020 e 2024, com 1 caso cada), os alunos não atendidos apresentaram índices significativamente maiores, alcançando 7 casos em 2024. Os gráficos, ao sintetizarem visualmente esses dados, reforçam a tendência de que o não recebimento do auxílio contribui para o abandono dos estudos. Esse fenômeno é respaldado pela literatura acadêmica. Zago (2006) destaca que:

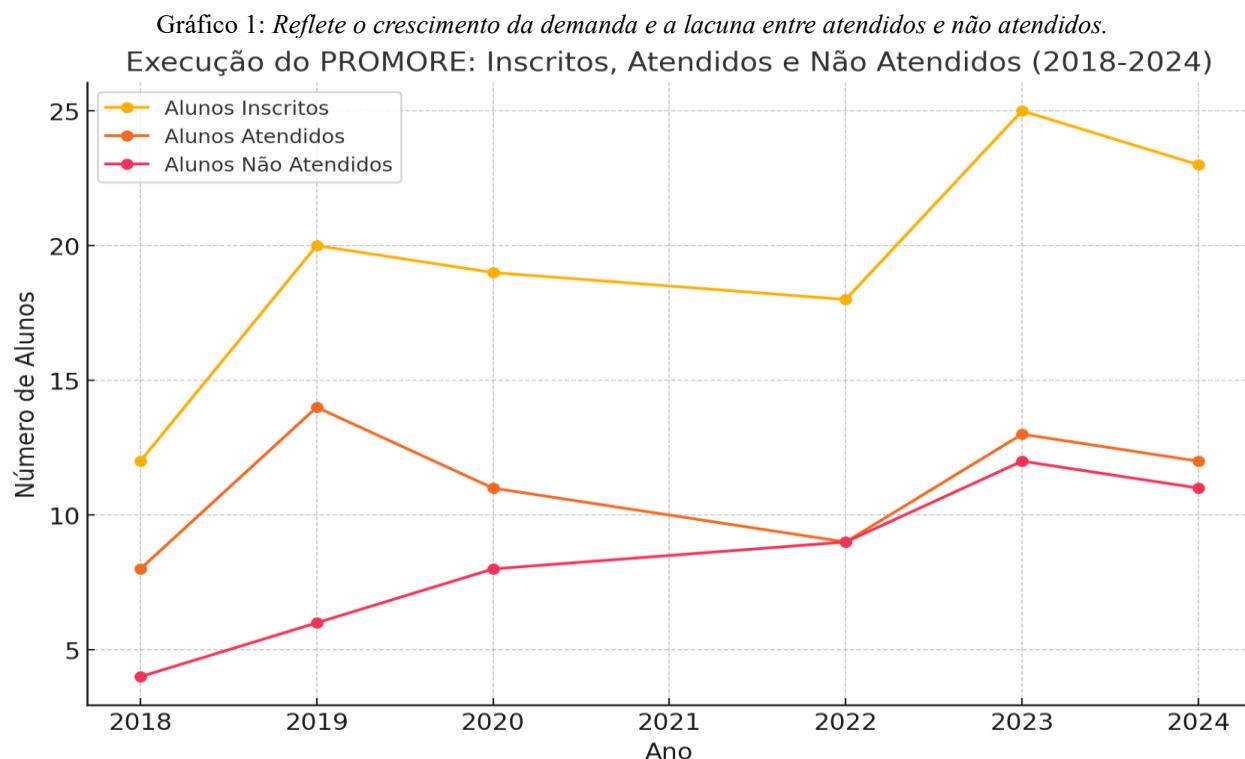
“[...] a permanência no ensino superior é fortemente condicionada por fatores socioeconômicos, sendo a ausência de apoio financeiro uma das principais causas de evasão. O abandono dos cursos superiores é muitas vezes motivado pela falta de recursos financeiros, precariedade de infraestrutura e ausência de políticas de apoio que garantam condições dignas para a continuidade dos estudos” (ZAGO, 2006, p. 235).

Essa perspectiva é complementada por Silvas e Lima (2012), ao afirmarem que o PNAES tem contribuído para o aumento da taxa de conclusão nos cursos superiores, uma vez que reduz os obstáculos financeiros enfrentados pelos estudantes. A ausência do PROMORE, portanto, torna-se um fator de risco concreto para a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade.

Desta forma, pode-se dizer que os resultados reforçam a relação direta entre o atendimento pelo PROMORE e a permanência escolar, corroborando as observações de Silvas e Lima (2012), que destacam a assistência estudantil como determinante para reduzir a evasão.

Nessa perspectiva, os gráficos a seguir apresentam de forma mais detalhada e visualmente expressiva a execução do PROMORE e sua relação direta com os índices de evasão, permitindo uma

compreensão mais clara e inequívoca das disparidades entre a demanda e o atendimento, bem como dos impactos da não concessão do auxílio na permanência estudantil. Assim sendo, os gráficos apresentados no estudo cumprem papel fundamental na visualização dos impactos do PROMORE sobre a permanência dos estudantes no IFRO – Campus Vilhena, revelando padrões que vão além dos números absolutos da Tabela 1 e Tabela 2.



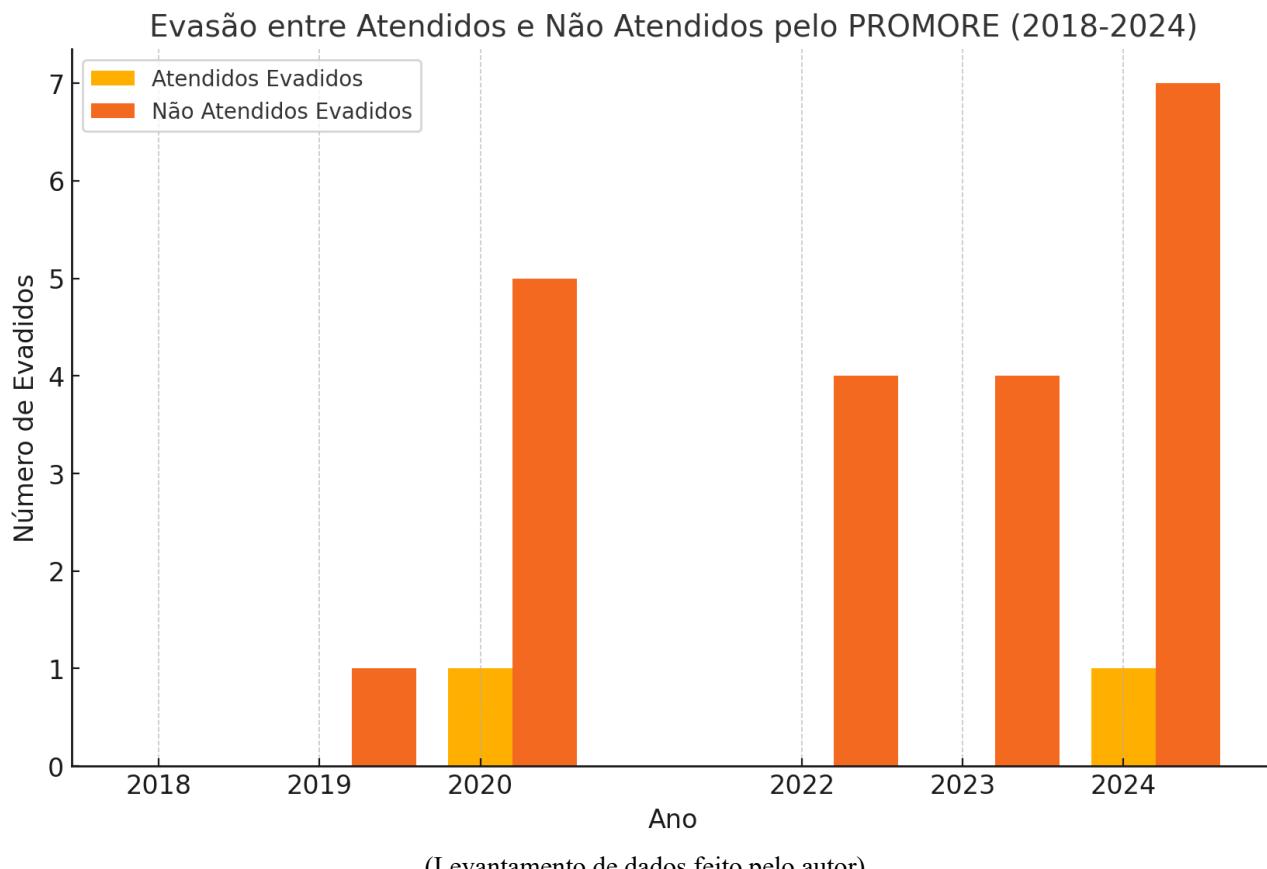
Fonte: Levantamento de dados feito pelo autor.

O Gráfico 1, que representa a evolução do número de alunos inscritos, atendidos e não atendidos pelo PROMORE, expõe de maneira clara a crescente demanda pelo auxílio entre os anos de 2018 a 2024. Observa-se uma trajetória ascendente no número de inscritos, que salta de 12 para 25 em apenas cinco anos (excluindo-se 2021, ano em que o programa não foi executado por conta da pandemia). Esse crescimento pode ser interpretado como um reflexo do agravamento das condições socioeconômicas dos estudantes, da interiorização do ensino superior e da maior conscientização sobre os direitos às políticas de permanência.

Já o Gráfico 2, que compara a evasão entre alunos atendidos e não atendidos, confirma a hipótese central do estudo: o PROMORE tem impacto direto e positivo na permanência dos estudantes. Durante os anos analisados, a evasão entre os beneficiários foi praticamente nula, com exceção dos anos de 2020 e 2024, quando apenas 1 estudante atendido abandonou o curso. Em contraste, os alunos

não atendidos pelo auxílio apresentaram índices de evasão muito mais altos, chegando a 7 casos em 2024.

Gráfico 2: Mostra que alunos não atendidos apresentam taxas de evasão significativamente maiores.



A partir dos dados evidenciados nas tabelas e nos gráficos, percebe-se que a realidade do IFRO campus Vilhena, localizado em uma região que enfrenta barreiras geográficas e socioeconômicas acentuadas, potencializa ainda mais os desafios da permanência estudantil. Vieira e Moura Castro (2019, p. 100) afirmam que “os custos e a distância dos centros urbanos são agravantes no contexto amazônico, tornando a assistência estudantil ainda mais essencial para a permanência acadêmica”. Nesse sentido, o PROMORE cumpre papel central ao permitir que estudantes oriundos de comunidades rurais ou de outros municípios tenham condições mínimas de moradia para continuar seus estudos.

8 CONCLUSÃO

A análise da execução do Programa de Auxílio Moradia (PROMORE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Vilhena, no período de 2018 a 2024, revela aspectos significativos sobre a eficácia das políticas de assistência estudantil na promoção da permanência acadêmica. Observou-se um aumento na demanda pelo auxílio moradia ao longo dos anos, refletindo possivelmente a ampliação do acesso ao ensino superior e a crescente necessidade de suporte para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, a capacidade de atendimento do programa não acompanhou proporcionalmente esse crescimento, resultando em um número considerável de alunos não atendidos. Essa discrepância evidencia a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao PROMORE, visando atender de forma mais abrangente a demanda existente e assegurar condições adequadas de permanência para um maior número de estudantes.

A relação direta entre o não atendimento pelo PROMORE e as taxas de evasão é um dado preocupante. Estudantes que não receberam o auxílio apresentaram índices de evasão significativamente superior aos daqueles que foram contemplados, corroborando a importância de políticas de assistência estudantil na mitigação da evasão escolar. Esses achados estão em consonância com estudos anteriores que destacam o papel crucial de programas de suporte financeiro na permanência e sucesso acadêmico de estudantes de baixa renda.

A Resolução Nº 23/2018 do IFRO estabelece critérios claros para a concessão do auxílio moradia, priorizando estudantes oriundos de outras localidades e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A efetividade do PROMORE em atender a esse público-alvo é fundamental para a promoção da equidade educacional e para a redução das desigualdades regionais. Portanto, é imperativo que a instituição avalie continuamente os critérios de seleção e os procedimentos de concessão do auxílio, garantindo que os recursos sejam direcionados aos estudantes que mais necessitam.

Além disso, a implementação de mecanismos de acompanhamento e suporte aos beneficiários do PROMORE pode potencializar os efeitos positivos do programa. A oferta de serviços de apoio pedagógico, psicológico e de integração acadêmica pode contribuir para a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário e para a melhoria de seu desempenho acadêmico. Essas ações complementares são essenciais para assegurar que o auxílio financeiro se traduza em sucesso acadêmico e profissional.

A articulação entre o PROMORE e outras políticas de assistência estudantil, como auxílios alimentação, transporte e material didático, é igualmente relevante. Uma abordagem integrada e multidimensional das políticas de permanência pode oferecer um suporte mais completo aos

estudantes, atendendo às diversas necessidades que influenciam sua trajetória acadêmica. Essa perspectiva holística é fundamental para a construção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

A sustentabilidade financeira do PROMORE é um aspecto que merece atenção. A dependência de recursos orçamentários que podem variar ao longo dos anos representa um risco para a continuidade e a eficácia do programa. Nesse sentido, é crucial que a instituição busque fontes de financiamento estáveis e diversificadas, além de estabelecer parcerias com outras esferas governamentais e com a iniciativa privada, visando garantir a perenidade das ações de assistência estudantil.

A transparência na gestão do PROMORE e a participação ativa da comunidade acadêmica na formulação e avaliação das políticas de assistência são fundamentais para o aprimoramento contínuo do programa. Pois, a ausência de um sistema efetivo de avaliação e monitoramento do PROMORE pode comprometer seu aprimoramento. Fava e Cintra (2023) apontam que “[...] a inexistência de indicadores padronizados e sistematizados para avaliar os programas de assistência estudantil nas IFES dificulta a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das ações de permanência” (FAVA; CINTRA, 2023, p. 45).

Assim, é necessário que o IFRO desenvolva mecanismos de acompanhamento que possibilitem a medição do impacto do PROMORE na trajetória dos estudantes, visando não apenas justificar o investimento, mas também promover a melhoria contínua do programa.

Por fim, como salientam Scalabrin et al. (2013), a consolidação das políticas de permanência exige a articulação entre financiamento adequado, gestão eficiente e integração com outras políticas públicas. É nesse ponto que o PROMORE precisa ser fortalecido: através de maior aporte de recursos, capacitação dos gestores locais e interação com outros programas como auxílio alimentação e apoio psicopedagógico. É fundamental reconhecer que a permanência no ensino superior, especialmente em regiões periféricas, não é apenas uma questão de mérito, mas de condição material.

Desse modo, a partir da análise dos dados e do referencial bibliográfico, conclui-se que o PROMORE é uma política pública essencial para garantir o direito à educação dos estudantes do IFRO campus Vilhena, ainda que, no contexto atual, sua limitação orçamentária represente um obstáculo à plena realização dos objetivos propostos pelo PNAES e pela Resolução 23/2018 do IFRO.

REFERÊNCIAS

- ANGELIM, Isabel Cristina Sampaio. Política de assistência estudantil na universidade pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, 2010, Salvador. Anais [...]. Salvador: UCSAL, 2010. Disponível em: http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao7/199.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.
- CISLAGHI, Juliana F.; SILVA, Mateus T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.
- COELHO, Monica Josiane. A Política de Assistência Estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- COSTA, Simone Gomes. A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1087-1106, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yCFV7frbBcHcGVxNpQvCbMk/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Avaliação e monitoramento da assistência estudantil nas universidades federais do Brasil: proposta de indicadores para implantação. Revista Administração em Diálogo, v. 25, n. 1, p. 104-120, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/373933608>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- FONSECA, José Joaquim Soares. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA – IFRO. Resolução nº 23/REIT – CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proen/Resolu%C3%A7%C3%A3oB5_n%C2%BA_23-2018_-_REPAE.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.
- KOWALSKI, Ana Valéria. Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, Carla Silva; MAGALDI, Carolina Alves. Sistema de cotas, equidade e assistência estudantil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 14., 2014, Florianópolis. Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131452/2014-70.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, Terezinha da Conceição. Assistência Estudantil e Inclusão Social. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCALABRIN, Ionara Soveral et al. Assistência estudantil no IFSUL: estrutura institucional sistêmica. In: ANPAE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 26º Simpósio Brasileiro da ANPAE, 2013, Recife. Anais [...]. Recife, 2013.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCar, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, Luciana Sampaio da; NUNES, Rogério da Silva; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Mecanismos de avaliação das políticas de assistência estudantil utilizados pelas Universidades Federais a partir do PNAES. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 18, n. esp., p. e023116, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16708>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVAS, Juliana Alvarenga; LIMA, Maria Célia Nogueira. O papel dos programas de assistência estudantil no contexto da expansão de direitos e da democratização das universidades públicas brasileiras. In: FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – ANDIFES. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIEIRA, Pricila Lysik; MOURA CASTRO, Regina Celi Alvarenga de. Permanência e êxito acadêmico: contribuição da Política de assistência estudantil na UFPA, Campus de Altamira. Revista

Exitus, v. 9, n. 3, p. 87-115, 2019. Disponível em:
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/931>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.